



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

**RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE O**  
**PLANO REGIONAL ANUAL E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3511 Proc. n.º 102
Data:	01/11/20 N.º 13/18

NOVEMBRO DE 2017



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

## **CAPÍTULO I**

### **Introdução**

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu nos dias 13 e 14 de novembro de 2018, na Sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de proceder à apreciação e emissão de parecer sectorial sobre o Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018, nas áreas da sua competência.

A apreciação sectorial dos referidos documentos, por parte da Comissão de Assuntos Sociais, é efetuada por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e rege-se pelo disposto nos artigos 163.º e 164.º do Regimento da mesma Assembleia, em conjugação com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro.

O Plano Regional Anual e de Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 2018 deram entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 31 de outubro de 2017. Por despacho da Sra. Presidente da Assembleia, a apreciação em sede das Comissões Permanentes foi agendada para os dias 13 e 14 de novembro de 2018, devendo cada uma delas enviar, posteriormente, o respetivo parecer à Comissão Permanente de Economia.

## **CAPÍTULO II**

### **Enquadramento Jurídico**

As iniciativas do Governo Regional em apreciação fundamentam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprova o Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com o disposto nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos e programação de investimento público, e respetiva preparação, elaboração e aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

#### CAPÍTULO III

#### Processo de Análise

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à apreciação e emissão de parecer sobre o Plano Regional Anual e de Orçamento para 2018, no âmbito das suas áreas de competência específica, elencadas na alínea iii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, a saber: Educação; Cultura; Ciência e Tecnologia; Saúde; Solidariedade e Segurança Social; Juventude; e Desporto.

No âmbito da apreciação das referidas Propostas, a Comissão procedeu à audição dos seguintes membros do Governo Regional, em razão da matéria:

- Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 7 – “Juventude”.
- Secretária Regional da Segurança Social, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 9 – “Solidariedade Social”.
- Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, no âmbito do Objetivo “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”, Programa 5 – “Investigação, Desenvolvimento e Inovação”.
- Secretário Regional da Educação e Cultura, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 6 – “Educação, Cultura e Desporto”.
- Secretário Regional da Saúde, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 8 – “Desenvolvimento do Sistema de Saúde”.



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

#### **CAPÍTULO IV**

#### **Apreciação na Generalidade**

Com o Plano para 2018 dá-se continuidade a um novo ciclo de planeamento, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo durante o corrente ano de 2018. Conforme a legislação aplicável, este Plano Regional Anual compreende um primeiro capítulo onde se apresenta de forma sintética a situação económica e social da Região, em complemento com a informação e dados aduzidos no diagnóstico estratégico inserido nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020, um segundo capítulo com as principais linhas de orientação estratégica das políticas sectoriais a prosseguir no período anual, a programação desdobrada por programa, projeto e ação, os valores da despesa de investimento associada, com indicação dos montantes por ilha, e ainda um texto sobre programas e com participação comunitária em vigor na Região, e prevê um investimento público global de € 753.074.491.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e de Orçamento referente a 2018, efetuada pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, incidiu sobre dois dos quatro grandes objetivos, a saber: “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades” (que representa 20,8% do valor global do investimento público) e “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo” (que representa 52,8%), cuja implementação se desenvolve no âmbito de 5 departamentos governamentais, designadamente: a Secretaria Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Secretaria Regional da Solidariedade Social, Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Secretaria Regional da Educação e Cultura e Secretaria Regional da Saúde.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Anual Regional para o ano de 2018, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

#### Quadro I

#### Plano Anual para 2018

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
<b>Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades</b>	<b>156.531.131</b>	<b>150.257.131</b>	<b>6.274.000</b>
6. Educação, Cultura e Desporto	68.712.091	64.912.091	3.800.000
7. Juventude	2.382.500	2.008.500	374.000
8. Desenvolvimento do Sistema de Saúde	27.224.769	27.224.769	
9. Solidariedade Social	36.956.064	34.856.064	2.100.000
<b>Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo</b>	<b>397.823.947</b>	<b>177.638.686</b>	<b>220.185.261</b>
5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	13.517.273	8.067.273	5.450.000

#### CAPÍTULO V

#### Apreciação na Especialidade

A apresentação sectorial incidiu sobre as audições realizadas pela Comissão aos membros do Governo Regional, tendo por base a exposição efetuada por cada um dos Governantes, assim como a análise dos projetos e ações trazidos a debate pelos deputados regionais.

Apresenta-se igualmente, para os programas e projetos previstos para cada área sectorial, um quadro síntese elucidativo dos investimentos previstos.

#### Programa 7 – “Juventude”

Programa / Projeto	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
<b>7. Juventude</b>	<b>2.382.500</b>	<b>2.008.500</b>	<b>374.000</b>
7.1. Juventude	2.382.500	2.008.500	374.000



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

#### **Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (SRAPAP):**

A audição iniciou-se com a o SRAPAP a explicar as ações a desenvolver dentro de cada ação no Plano realçando uma plataforma digital que congregue a informação sobre o voluntariado jovem, a manutenção do Parlamento Jovem que envolve todas as escolas dos Açores, o programa Antes De Me Discriminares Conhece-me em parceria com a Associação Novo Dia, realçou a concurso LAB Jovem que será alargado às Escolas e que terá como tema em 2018 “Eficiência Energética”, o programa Põe-te Em Cena, através de projetos das próprias Associações Juvenis e a parceria no projeto *Walk and Talk*. Realçou ainda o incentivo à formação para a educação empreendedora em parceria com todas as escolas dos Açores, o Concurso Regional IdeiAçores, o Projeto Inspira-te, Aprende e Age, a realização de conferências, fóruns e seminários através do Conselho de Juventude dos Açores e outras Associações sempre na temática da juventude. Realçou a importância do programa Ocupação de Tempos Livre informando que será alterado o regulamento para que se possa aproximar o programa à realidade de hoje, do projeto Entra Em Campo que aloja os Campos de Férias formativos e que suscita a formação informal dos jovens. Realçou a importância do Observatório da Juventude em parceria com Universidade dos Açores e a vontade de desenvolver programas de juventude com as regiões da macaronésia bem como a parceria com as Academias da Juventude com enfoque no Gabinete de Apoio à Juventude.

Relativamente às Pousadas da Juventude realçou o início das obras da Pousada de Juventude de Ponta Delgada no início de outubro do corrente ano.

Realçou ainda o incentivo à mobilidade com o Cartão Interjovem que inclui a operação marítima e operação aérea, o programa Bento de Gois para o desenvolvimento de projetos no âmbito de enriquecimento cultural, o apoio ao associativismo jovem em parceria com as associações juvenis na Região, o InfoJovem que pretende reformular o método de comunicação da Direção Regional da Juventude.

Por fim quis mostrar a vontade existente de permanente atualização e refrescamento dos programas de Juventude nos Açores, em parceria com todos os agentes desta área e que permitirão um melhor enquadramento com aquelas que são as suas próprias pretensões, tendo sempre por base mais empregabilidade, mais qualificação e mais participação cívica.

A Deputada Mónica Seidi questionou sobre a saída do plano do programa Prepara o Teu Regresso a Casa e questionou também sobre o desporto e juventude e o turismo jovem ao que o SRAPAP informou que estas ações estão previstas na ação Incentivo à Mobilidade dos Jovens.



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

Questionou sobre a ação 7.1.7 e se estava prevista revisão do DLR que sustenta esta ação, ao que o SRAPAP respondeu dizendo que está a decorrer uma consulta às Associações, Conselhos de Ilha e organizações partidárias de juventude com a finalidade de reformular o DLR para melhor enquadrá-lo.

Questionou também porque a ação 7.1.9 baixa dez mil euros, ao que o SRAPAP respondeu que retiraram o programa porque a forma como estava implementado não era o mais correto e pretendem reformulá-lo. Fez referência ao Encontro Nacional de Estudantes Açorianos sendo objetivo criarem-se mecanismos para que os estudantes açorianos tenham acesso à informação e aos apoios disponíveis para que optem por regressar aos Açores. Acrescentou também que está prevista uma parceria com uma Associação para fomentar e promover a criação de eventos que promovam a Região e o regresso aos Açores nos estudantes deslocados. Relativamente ao Sistema de Incentivo às Associações Juvenis informa que há um requisito para quem promove os Açores no continente no espectro universitário. Questionou ainda sobre a ação 7.1.10 já que a mesma perde cinco mil euros, questionando se as reuniões anunciadas com o Secretário de Estado da Juventude foram consequentes, ao que o SRAPAP afirmou que já ocorreram as reuniões e que se pretende reforçar os apoios comunitários para os Açores para além de que, já está a decorrer a promoção do Erasmus+ havendo um reforço nesse sentido. Questionou também se a Região participou nas reuniões de decisores políticos ao que o SRAPAP respondeu que não aconteceu por opção externa ao Governo Regional. Questionou se o encontro de Associações Juvenis se realizou e quantas associações participaram, ao que o SRAPAP respondeu que irá ocorrer no fim-de-semana de 17 a 19 de novembro na sede da Associação Uno Jovens com 50 dirigentes associativos da Região. Questionou sobre o porquê do Observatório da Juventude não ter site atualizado, ao que o SRAPAP respondeu que não tem conhecimento, pois a manutenção do site não é da responsabilidade do Governo, mas que vai ver o que se passa. Relativamente ao programa Prepara o Teu Regresso a Casa perguntou sobre o que aconteceu em 2017 e o SRAPAP respondeu que o montante gasto em 2017 foi utilizado para apoio o Encontro Nacional de Estudantes Açorianos.

O Deputado Rui Martins perguntou se o Governo faz intenções de alargar a rede de pousadas, ao que o SRAPAP informou que o Governo dos Açores tem uma rede de 5 pousadas e que não está fechada porque esta rede deve ser adaptada consoante as oportunidades de parcerias e financiamento.



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

#### Programa 9 – “Solidariedade Social”

Programa / Projeto	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
<b>9. Solidariedade Social</b>	<b>36.956.064</b>	<b>34.856.064</b>	<b>2.100.000</b>
9.1 Apoio à Infância e Juventude	6.627.743	6.627.743	
9.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços	14.761.339	12.661.339	2.100.000
9.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	5.517.575	5.517.575	
9.4 Apoio a Idosos	8.555.961	8.555.961	
9.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	1.493.446	1.493.446	

#### **Audição da Secretária Regional da Solidariedade Social (SRSS):**

A audição iniciou-se com a SRSS informando de que o Programa 9 representa 62% do investimento total da Secretaria Regional da Segurança Social, correspondendo a cerca de trinta e sete milhões de euros tendo fundamentalmente 4 propósitos: dar cumprimento aos investimentos previstos no PO 2020, a introdução de novas ações que permitam a manutenção das respostas existentes, criar novas respostas e/ou alteração das existentes, reforçando a dotação para projetos inovadores e o de manter o esforço aos rendimentos das famílias, através do abono de família e do Complemento Regional de Pensão.

A Deputada Mónica Seidi questionou sobre o motivo do aumento de verbas na ação 9.1.5, ao que a SRSS respondeu dizendo que é referente à empreitada de reabilitação do Jardim de Infância. Questionou também sobre o porquê da alteração de verbas da ação 9.1.6, ao que a SRSS respondeu dizendo que esta é uma obra que já está a decorrer. Questionou sobre o porquê da verba para o Lar Infância e Juventude da Praia da Vitória, ao que a SRSS informou que esta é uma obra concluída, mas que estavam a aguardar chegada do equipamento. Questionou sobre se a ação referente à defesa e promoção dos direitos das crianças são para o Comissariado dos Açores para a Infância tendo a SRSS respondido que sim. E questionou porque a SRSS insiste em manter a verba destinada à iniciativa privada, ao que a Secretária Regional respondeu dizendo que esta verba resulta de um programa que está legislado e que até agora corresponde a



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

duas iniciativas ligadas à área dos idosos e que o programa prevê que se mantenham até ser extinta a valência privada.

O Deputado Rui Martins solicitou ponto de situação sobre o Centro intergeracional previsto na ação 9.2.10, ao que a SRSS respondeu dizendo que estava previsto, mas que por motivo de atrasos de projetos de especialidade houve necessidade de ajustar o financiamento às necessidades, informando ainda que já há condições de se proceder à reabilitação do edifício existente. Questionou também sobre se há perspectiva de investimento na figura do Cuidador Informal e se há perspectiva de alargar a formação, ao que a SRSS respondeu dizendo que não há ação do Plano, mas que há rubricas que não tendo a ver com infraestruturas preveem a formação destas pessoas como já ocorreram e que há perspectivas de alargamento, fazendo referência ao ponto 9.5.4 que abrange esta pretensão e também ao Programa de Governo que tem previsto o Estatuto do Cuidador. Questionou ainda sobre se a verba destinada aos cuidados continuados inclui também verba para os cuidados paliativos, ao que a SRSS respondeu esclarecendo que os cuidados continuados são tutelados pela Secretaria Regional da Saúde e que a Secretaria Regional da Segurança Social tem um papel complementar, ou seja, os serviços são cofinanciados pela Secretaria Regional da Segurança Social já que esta assegura algumas valências em Santas Casas. Acrescentou ainda que, sendo os cuidados paliativos cuidados hospitalares, são, por isso, financiados totalmente pela Secretaria Regional da Saúde.

A Deputada Maria João Carreiro questionou sobre onde está alocada a verba destinada à Educação Parental, ao que a SRSS reagiu dizendo que a Educação Parental não se esgota nas famílias e que já foi providenciada Educação Parental nas escolas e também em instituições, confirmando que a verba em questão está incluída na ação 9.5.3. Questionou também sobre o que se pretende com a alteração do Art.º 50 do Orçamento da Região para 2018 que prevê uma alteração do Estatuto do Ensino Particular ao que a SRSS respondeu dizendo que o Governo Regional dos Açores, bem como o Grupo de Trabalho realizado pela ALRAA no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, na Legislatura passada, concluiu que era pertinente a alteração das idades máximas nos ATL e esta alteração pretende cumprir esta recomendação adaptando as idades. Acrescentou ainda que neste momento existem três projetos piloto na Horta, em São Miguel e na Terceira e que terá de haver um ajuste do DLR bem como das próprias atividades dos ATL. Por fim questionou se a ação 9.5.3 seria só para projetos de intervenção vocacionados para a parentalidade, ao que a Sra. Secretária respondeu dizendo que também inclui outras valências.



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

O Deputado Rui Martins voltou a intervir para questionar sobre quando se poderá ter acesso à Estratégia de Combate a Pobreza, ao que a SRSS respondeu dizendo que o documento já existe e que o que foi anunciado foi o lançamento para discussão pública em novembro sendo isso que irá acontecer. Salientou também que esta estratégia não é inteiramente da Segurança Social mas sim uma ação transversal a todo o Governo e a toda a sociedade.

A Deputada Mónica Seidi questionou sobre a origem da verba para o Complemento Regional de Pensão, ao que a SRSS respondeu que esta verba é inteiramente do Orçamento da Região e que está prevista uma alteração de legislação para que ninguém fique de fora com a alteração de outra legislação, com a introdução do novo suplemento para a Inclusão Social. Questionou também sobre a ausência de rubrica para a listas de espera única nos lares, que estruturas se pretende criar na ação 9.5.7. e se a auscultação para a estratégia de combate à pobreza prevê a auscultação da Cáritas da Ilha Terceira e do Banco Alimentar, ao que a SRSS respondeu que a lista de espera única não tem custos, a não ser a eventual criação de um programa informático. Em relação à ação 9.5.7 esclareceu que, por exemplo, os polos de violência doméstica são financiados por esta ação. No que diz respeito ao processo de auscultação sobre a Estratégia de Combate à Pobreza, a SRSS esclareceu que este foi aberto a todos e qualquer um que queira participar e que a Cáritas da ilha Terceira até mostrou interesse em participar nessa auscultação, e que poderá fazer quando o documento for colocado à discussão pública. Relativamente ao Banco Alimentar a situação é a mesma, sendo sua opinião que não poderá haver combate à pobreza excluindo estas valências.

A audição terminou com a SRSS a informar que o Governo Regional dos Açores pretende que esta estratégia de combate à pobreza seja o mais abrangente possível e apelou à participação de todos.

### Programa 5 – “Investigação, Desenvolvimento e Inovação”

Programa / Projeto	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
<b>5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação</b>	<b>13.517.273</b>	<b>8.067.273</b>	<b>5.450.000</b>
5.1 Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	8.206.973	2.756.973	5.450.000
5.2 Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação	103.000	103.000	



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

5.3 Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	1.245.000	1.245.000	
5.4 Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	3.962.300	3.962.300	

#### **Audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT):**

A audição iniciou-se com o SRMCT a apresentar as linhas gerais do programa sob a sua alçada destacando a internacionalização da investigação de forma a projetar a investigação açoriana, a transposição da investigação para as empresas da região, a promoção da educação para a ciência. Destacou também programas mobilizadores, programas de internacionalização e operacionalização que contribuam para o desenvolvimento dos Açores.

Relativamente à parte aeroespacial realçou a captação de investimentos para a Região, a melhoria de estação de Santa Maria de forma integrada no programa PROVA 3, a presença dos Açores em redes internacionais e a cooperação entre centros de investigação e empresas através do Açores 2020. Destacou a necessidade de valorização de produtos e sistemas existentes bem como a valorização económica da investigação.

Salientou também a continuidade dos parques de ciência e tecnologia que em 2018 será acrescida do projeto TERINOV e mais um edifício no NONAGON. Salientou também o investimento da formação avançada em programação bem como o lançamento das bases para um quadro de referência na área tecnológica.

O Deputado Rui Martins interveio para mostrar que na sua opinião as verbas definidas em orçamento não são suficientes para manter a tripolaridade da Universidade dos Açores fazendo referência aos custos fixos avultados do polo da Horta e à falta de propinas referentes a licenciaturas por falta de procura. O SRMCT respondeu dizendo que o Governo Regional dá grande importância à tripolaridade da Universidade dos Açores e por isso é que define os trezentos e cinquenta mil euros com esta finalidade e realçou que a tutela da Universidade é do Governo da República sendo este apoio uma quantia importante e bastante significativa.

O Deputado Luis Rendeiro interveio para questionar sobre quantas e quais as verbas para a parte aeroespacial e em que ilhas será desenvolvido e também questionou sobre o que o Governo prevê fazer com o investimento na infraestrutura TERINOV. O SRMCT, sobre o aeroespacial informa que o ponto 5.3.2 resume as verbas definidas para este setor nomeadamente as despesas para a antena de PERTH em Santa Maria, a criação da Associação



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

RAGE que está desenhada para permitir a sociedade a outros centros a nível nacional com vista à busca de fundos internacionais para o desenvolvimento de projetos, realçando que nesta verba se prevê a contratação de mais duas pessoas. Relativamente ao AIRCENTER informou que este é um processo de maior prazo e que envolve vários países. Acrescentou que não sendo um processo fácil é um processo que continua a decorrer e, não retirando a possibilidade de aparecerem projetos decorrentes deste percurso, a materialização do próprio AIRCENTER poderá ocorrer para lá de 2020. Relativamente ao TERINOV o SRMCT disse que já está a ser planeada a fase seguinte.

A Deputada Sónia Nicolau questionou sobre o que será o trabalho da EMAESPAÇO, qual a razão do novo investimento para o segundo edifício NONAGON e sobre quais são as áreas de intervenção e qual o público alvo para o plano para a promoção da cultura científica. O SRMCT diz que a EMATSAT já mostrou interesse e que a localização geográfica da Região é muito boa realçando que a massificação de tecnologia aeroespacial permitirá a prestação de serviços a partir dos Açores. Relativamente ao EMAESPAÇO afirma que é uma característica técnica que tem correspondido às exigências esperadas. Acrescentou ainda que o Governo Regional tem, juntamente com o Governo República, referenciado algumas possíveis infraestruturas para serem utilizadas como centro de dados. Relativamente ao NONAGON informou que o segundo edifício será vocacionado para a desenvolvimento científico e tecnológico já que se chegou à necessidade e possibilidade de se poder avançar com esse projeto. No que diz respeito à cultura científica fez referência dos apoios aos centros de ciência dedicados aos mais jovens afirmando que são para continuar e deu como exemplo os concursos CANSAT e outros eventos direcionados a públicos mais jovens. Acrescentou que o plano para a promoção científica é dedicado também aos mais jovens, também em parcerias com outros departamentos do Governo Regional como a Secretaria Regional da Educação e Cultura. Falou da importância dos portais de ciência dos Açores, da valorização dos Espaços TIC havendo, aqui, a necessidade de repensar os próprios espaços.

A Deputada Maria João Carreiro solicitou explicação sobre a redução da verba dos pontos 5.1.4 e 5.2.2, ao que o SRMCT disse que as despesas do 5.1.4 são despesas estimadas para 2018 e que fazem referência a participações em reuniões, publicações científicas, projetos de desenvolvimento de informação nas TIC e que houve a necessidade de reforçar outras ações como por exemplo à área do aeroespacial. Relativamente ao ponto 5.2.2 o SRMCT informou que está em curso a revisão através da Direção Regional da Ciência e Tecnologia não estando



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

ainda concluída incluindo esta ação outras iniciativas. De qualquer modo estará totalmente finalizada em 2018.

O Deputado Luis Rendeiro interveio para solicitar informações sobre o que está previsto para os radares meteorológicos ao que o SRMCT informou que não é do Governo Regional, mas sim do Governo da República e do IPMA. Relativamente à Terceira informou que no final do mês será cedido o terreno ao IPMA para que este recorra a fundos comunitários para a montagem do radar naquela ilha. Relativamente a outros radares acrescentou que o Governo Regional está em contacto com o IPMA para a instalação de um radar no Pico da Barrosa em São Miguel.

### Programa 6 – “Educação, Cultura e Desporto”

Programa / Projeto	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
<b>6. Educação, Cultura e Desporto</b>	<b>68.712.091</b>	<b>64.912.091</b>	<b>3.800.000</b>
6.1 Construções Escolares	24.772.149	23.922.149	850.000
6.2 Equipamentos Escolares	350.000	350.000	
6.3 Apoio Social	10.600.000	10.600.000	
6.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	5.691.500	3.891.500	1.800.000
6.5 Tecnologias da Informação	360.000	360.000	
6.6 Projetos Pedagógicos	2.743.133	2.743.133	
6.7 Dinamização de Atividades Culturais	2.725.000	2.725.000	
6.8 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	10.739.909	10.739.909	
6.9 Atividade Física Desportiva	780.000	780.000	
6.10 Desporto Federado	7.840.000	6.690.000	1.150.000
6.11 Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	1.865.000	1.865.000	
6.12 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	245.000	245.000	

#### Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

A audição iniciou-se com o SREC a apresentar quais eram as linhas estratégicas do Programa 6 que contempla a Educação a Cultura e o Desporto.



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

Relativamente à Educação o SREC realçou a promoção da educação e a irradicação do abandono lembrando que a construção do PROSUCESSO consiste numa aposta em que os alunos transitem de ano e sobretudo concluam com sucesso. Realçou que esta é uma estratégia a 10 anos já que o tempo pedagógico é mais longo que o político. Deu como bom exemplo o projeto realizado no Concelho da Lagoa e que se iniciou no corrente ano no Concelho de Vila Franca do Campo e o programa “Apoio + retenção zero” na Freguesia de Ponta Garça e na ilha Graciosa. Referiu também que as taxas de sucesso no Ensino Básico subiram de 82% para 84% e que no Ensino Secundário subiram de 70% para 75%.

Relativamente à Cultura realçou que os agendes culturais e os Museus são os grandes promotores culturais dos Açores sendo objetivo do Governo a criação de uma unidade de museu em todas as ilhas.

Relativamente ao Desporto o SREC realçou a maior taxa de participação absoluta no país e as participações olímpicas de atletas açorianos.

Realçou ainda o reforço na qualificação, na qualidade de vida e igualdade de oportunidades com valores adequados às necessidades. O acréscimo de verbas para a beneficiação do parque escolar e o acréscimo de verba para apoio social.

A Deputada Sónia Nicolau questionou sobre o que se passou com a da Escola de Rabo de Peixe e com a Escola das Flores, ao que o SREC respondeu que a Escola de Rabo de Peixe teve um problema de natureza judicial que fez atrasar o processo, adiantando que o gabinete técnico está a analisar se volta tudo à estaca zero ou se eventualmente há procedimentos já feitos que podem ser aproveitados. Relativamente à Escola das Flores o SREC informou que houve uma intervenção em 2016 no primeiro ciclo e que não foi possível mais porque é preciso mexer na laje do ginásio estando a ser monitorizado pelo gabinete de engenharia civil com vista à requalificação durante o ano de 2018. Questionou sobre como será implementada a matrícula eletrónica, ao que o SREC respondeu dizendo que este objetivo vem sendo preparado há uns anos e que já está numa fase experimental estando neste momento a funcionar em seis estabelecimentos de Ensino Público, um Particular e uma Escola Profissional. Informou ainda que é intenção de que em 2018 haja abrangência total na Região desta possibilidade.

A Deputada Maria João Carreiro iniciou a sua intervenção questionando o SREC sobre o destino das verbas afetas a determinadas construções escolares, nomeadamente sobre a verba destinada à EBI de Capelas era para a adjudicação da empreitada, ao que o SREC respondeu dizendo que o processo está pendente de adjudicação de empreitada e que o valor indicado era para o início da obra. Questionou sobre a verba afeta à EBI Canto da Maia e se a mesma incluía



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

a construção do ginásio, ao que o SREC disse que a empreitada é a continuidade de um processo de construção e que há acréscimo de investimento por ser efetivamente uma necessidade normal de aumento e não será construído novo ginásio, sendo beneficiado o atual. Questionou também sobre se a verba destinada à EBI da Horta permitirá a conclusão da infraestrutura, ao que o SREC respondeu dizendo que por opção de gestão das necessidades graves em outras escolas a verba destinada será insuficiente para a 2ª fase da EBI da Horta e que em 2018 não haverá obra. Questionado sobre se a verba afeta à EBI de Arrifes era para a conclusão do projeto, o SREC informou que a conclusão do mesmo está prevista para abril de 2018. Por fim, questionou-o sobre a verba prevista para a EBI da Lagoa e se está prevista a remoção total de amianto nas Escolas, ao que o SREC respondeu dizendo que a verba da EBI da Lagoa se destina ao projeto de intervenção e que tem havido a preocupação de em novas obras e intervenções ir removendo o amianto.

Questionou ainda sobre onde estão os fundos comunitário nas ações 6.6.2 e 6.6.3 e que projetos estão previstos nas ações 6.6.2 e 6.6.3, ao que o SREC respondeu dizendo que a ação 6.6.2 prevê projetos de inovação pedagógica que estão em curso e que a ação 6.6.3, tal como a anterior, é uma ação que considera deveras importante e que dá resposta a todos os eixos do PROSUCESSO.

Relativamente ao Sistema de Gestão Escolar, a deputada frisou que não iria perguntar sobre os benefícios da implementação da matrícula eletrónica no sistema educativo regional, dado que o Secretário já tinha respondido sobre essa questão anteriormente no âmbito da audição sobre o Plano e Orçamento para 2017, no entanto gostaria de saber o ponto de situação da implementação da matrícula eletrónica e se a mesma estaria alargada a todas as unidades orgânicas num prazo de dois anos. O SREC explicou o caminho percorrido deste sistema e que o objetivo era abranger o sistema educativo no mais curto espaço de tempo.

A deputada finalizou a sua intervenção questionando o SREC sobre a razão pela qual a verba 6.5 estava aglomerada em termos de desagregação espacial e afeta apenas à Terceira, quando a verba 6.5.2 dizia respeito a ação de dinamização da ciência e tecnologia nas várias escolas da Região. O SREC respondeu dizendo que a ação 6.5.2 era estendida a todas as escolas da região, quanto ao facto de a verba estar apenas afeta à ilha Terceira era uma questão de dotação orçamental tal como a outros projetos desenvolvidos a nível regional, mas que ia confirmar.

O Deputado César Toste questionou se na intervenção na Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade estão a prever a retirada do amianto e se a verba referente à Escola



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

Secundária Vitorino Nemésio consegue abranger as necessidades todas. O SREC esclareceu que a Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade teve uma intervenção em 2016 para melhoria do seu parque desportivo. Em 2017 deveria ter continuidade, mas não houve concorrentes a responder ao concurso. Em 2018 interveio-se na cobertura do edifício principal, na rede elétrica, nas canalizações, no parque desportivo e na delimitação da escola. Na Escola Secundária Vitorino Nemésio ocorreu uma intervenção em 2016 para canalizações, está a decorrer intervenções ao nível da correção de infiltrações e em 2018 vão continuar com a intervenção, por exemplo, da rede de distribuição de águas interiores bem como pinturas.

Relativamente à cultura o Deputado também questionou sobre o porquê do aumento da dinamização do Governo e da diminuição de verba para instituições de interesse cultural, sobre quando será a conclusão da obra da Biblioteca Pública da Terceira, sobre o aumento de verba da ação 6.8.6, sobre a abrangência do protocolo com a Diocese de Angra, sobre a previsão de conclusão da obra inscrita na ação 6.8.12, sobre quando se prevê a obra do antigo cinema de Santa Maria, sobre o que se pretende com a ação 6.8.16 e sobre o que está a ser feito na ação 6.8.26. O SREC, sobre a Biblioteca Pública de Angra informa que se refere à realização do expurga. Adiantou também que as verbas são sempre previsões para o futuro com base no realizado no passado, e que nem sempre são cumpridas conforme previsto e que não dá importância a essa oscilação de verbas. Relativamente às Instituições de Interesse Cultural informou que é para o Regime Jurídico de Apoio a Atividade Cultural através e projetos que concorrem. A ação referente aos museus esclareceu que é uma ação de apoio aos serviços externos para obras de manutenção e que a ação 6.8.11 refere-se a um protocolo que se mantém desde 1998. Relativamente às empreitadas, não sabe dizer o tempo de obra, mas prevê que sejam de 24 meses. Relativamente ao cinema de Santa Maria informa que está para análise do Tribunal de Contas. Relativamente à ação 6.8.16 informa que o projeto de arquitetura está pronto e que aguardam os projetos de especialidade. Já a ação 6.8.26 disse que as verbas não são para a obra, mas sim para projeto de especialidade bem como para revisão do atual projeto.

O Deputado Rui Martins perguntou sobre o porquê de não haver verba destinada à recuperação do espólio do Museu da Horta, sobre se a ação 6.8.25 seria para roçar mato e se se prevê intervenção física do edifício e se foram quantificadas as ações sobre o abandono escolar. O SREC respondeu dizendo que imagina que o património dos museus não se encontra em perigo. Afirma que a verba destinada na ação 6.8.25 se destina a arranjos exteriores e que já foram aplicados nos jardins do edifício em causa onze mil e quinhentos euros e que por isso só carece de manutenção de forma a tornar o espaço visitável. Relativamente ao abandono escolar



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

realçou os resultados que estão no PROSUCESSO como meta, tendo a consciência de que o abandono é o mais alto do país, contudo, disse, há muitos progressos desde a década de 90.

A deputada Mónica Seidi questionou sobre o aumento das ações 6.9.2 e 6.10.4 e sobre a diminuição da ação 6.9.3, ao que o SREC reagiu dizendo que resultam basicamente da previsão prevista. Pediu ainda justificação sobre a verba destinada à ação 6.10.5, ao que o SREC respondeu dizendo que duzentos e quarenta mil euros são para preparação e participação, cinquenta e quatro mil são para projetos de preparação, quarenta e seis mil euros são para contratação de treinadores e nove mil e quinhentos são para a realização do Conselho Açoriano de Desporto de Alto Rendimento. Questionou ainda se o aumento tem origem nos resultados que a Região tem vindo a alcançar, ao que o SREC responde dizendo que o reforço de investimento tem por objetivo mais e melhor e que decorre do facto de haver necessidade de colmatar as necessidades para que não se atinjam os objetivos com dificuldade. Relativamente à ação 6.10.4 questionou o motivo que justifica o aumento da verba, se o número de clubes é semelhante. O SREC respondeu que 170 mil euros era para a contratação de técnicos, e que apesar de não haver um aumento do número de clubes há aumento do número de praticantes por escalões.

O Deputado César Toste questionou sobre o porquê da Igreja do Carmo da Horta ter deixado de aparecer e o SREC esclareceu que a posse das igrejas tinha mudado de figura.

A Deputada Maria João Carreiro perguntou sobre a percentagem da ação social escolar e se desagregação se mantinha, ao que o SREC respondeu que não tinha os dados consigo, mas que andava à volta dos 65%, variando de ilha para ilha e que se mantém a desagregação genericamente como vinha de trás. Questionado sobre a ação que permitiu dotar recentemente determinadas escolas de equipamento informático no valor total de sessenta e cinco mil euros, o que, ao que o SREC respondeu que a partir de agora se começou paulatinamente a fornecer equipamento informático novo às escolas e que a verba provavelmente vinha da ação 6.2.1.

### Programa 8 – “Saúde”

Programa / Projeto	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
<b>8 Desenvolvimento do Sistema de Saúde</b>	<b>27.224.769</b>	<b>27.224.769</b>	
8.1 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	1.840.000	1.840.000	
8.2 Beneficiação de Infraestruturas	4.436.307	4.436.307	
8.3 Parcerias Público Privadas	11.475.415	11.475.415	



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

8.4 Apetrechamento e Modernização	2.308.000	2.308.000	
8.5 Apoios e Acordos	1.815.000	1.815.000	
8.6 Projetos da Saúde	5.027.047	5.027.047	
8.7 Formação	73.000	73.000	
8.8 Tecnologias de informação na Saúde	250.000	250.000	

#### **Audição do Secretário Regional da Saúde (SRS):**

A audição iniciou-se com o SRS a fazer uma breve explicação do plano onde realçou as obras no Hospital da Horta e no Hospital Divino Espírito Santo em São Miguel bem como a continuação das infraestruturas lançadas em 2017. Falou no reforço colocado neste Plano Regional para a saúde, o reforço do CIRURGE bem como o reforço na formação dos profissionais de saúde. Fez também uma referência ao concurso repetido de equipamento de Gastroenterologia (endoscopia) por exclusão dos anteriores candidatos e vai ser repetido e também fez referência à ressonância magnética do Hospital Divino Espírito Santo (HDES) em São Miguel, cujo concurso ficará para 2018.

A Deputada Mónica Seidi interveio para questionar que valor que foi executado em 2017 da ação 8.1.1 e qual o valor total, ao que o SRS respondeu dizendo que a foi anulado o anterior procedimento e autorizado novo concurso com reforço financeiro para que se inicie já em 2018. Questionou se o valor da ação 8.1.3 era só para urgência ou se se incluía a consulta externa e o SRS respondeu dizendo que PO Açores 2020 inclui a candidatura para o que é necessário realizar-se no para o HDES e que inclui a urgência, o ambulatório, hospital de dia e consulta externa e outras necessidades, realçando que este é um projeto apresentado a fundos comunitários e que a obra demorará previsivelmente 2 anos. Disse também que relativamente ao Serviço de Urgência, a dimensão da obra será inferior ao inicialmente previsto, e que decorre a realização de um projeto novo, mas que ainda não tem o valor definitivo. Questionou sobre quais as previsões para a deslocação de doente, uma vez que há um aumento de verba. O SRS reagiu dizendo que independente do valor há previsão de diminuição da deslocação de doentes com o aumento da deslocação de especialistas. Questionou sobre para que servirão as verbas destinadas na ação 8.6.6 e se esta ação inclui o material para o Solar da Glória, ao que o Secretário respondeu que há um aumento que tem que ver com a execução da própria Direção Regional dos Combates às Dependências e que há projetos novos na área da prevenção, esclarecendo que este valor inclui o Solar da Glória onde se está a concluir a aquisição de todos os equipamentos necessários. Por fim pediu explicação sobre a ausência de verba para o sistema



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

RIS e qual era o valor gasto nas valências do HDES, ao que o SRS informou que já foi adjudicado o sistema de informação de radiologia, mas que houve ação em tribunal e que por isso aguardam que a situação fique resolvida em 2018 para que em 2019 se volte a incluir esta verba não tendo informação sobre o valor gasto nas valências do HDES porque ainda está a ser feita a análise nesse sentido.

O Deputado Jorge Jorge questionou onde estavam as verbas referentes à hemodiálise no Pico ao que o SRS respondeu dizendo que não há necessidade porque este é um processo que irá concluir-se no corrente ano. Questionou sobre a abertura do posto de atendimento na Freguesia da Piedade, ao que o SRS informou que o Posto irá estar a funcionar ainda durante o corrente mês, não havendo necessidade de orçamentar para 2018. E por fim questionou se as obras do Centro de Saúde das Lajes irão iniciar este ano ao que o SRS respondeu que o arranque das obras depende do Tribunal de Contas.

O Deputado Rui Martins questionou porque não aparece nada sobre os cuidados paliativos, ao que o SRS respondeu dizendo que a rede só está a funcionar no HDES sendo uma preocupação para 2018 fazer com que fiquem todas as camas previstas a funcionar, havendo a vontade de apoiar os cuidados domiciliários. Mostrou também, vontade de replicar o bom exemplo do HDES que até foi reconhecido a nível nacional. Questionou sobre que rumo pretende tomar com os cuidados continuados e paliativos, ao que o SRS refere que não é perceptível por vezes a diferença entre os cuidados continuados de longa duração e os cuidados paliativos. Questionou por fim, e uma vez que no que concerne a equipa de enfermagem para cuidados paliativos, a mesma está constituída, se há previsão para o arranque na Horta e se será com médico anestesista ou de oncologia, ao que o SRS informou que o problema da falta de médicos anestesistas é um problema a nível nacional e que para a Oncologia está a decorrer concurso.

A Deputada Mónica Seidi voltou a intervir para questionar sobre quantas camas dos cuidados continuados funcionam atualmente ao que o SRS respondeu que antes da alteração da portaria haviam 30 camas de média duração e 95 camas de longa duração e que ainda no decorrer de 2017 houve um reforço de mais 12 camas de média duração e mais 12 de longa duração. Questionou também se a nova médica oncologista em concurso para Hospital da Horta será responsável só pela oncologia ou também por casos que não dizem respeito à oncologia, no âmbito dos cuidados paliativos, ao que o SRS respondeu dizendo que tendo em conta o volume de trabalho na área de oncologia a profissional deverá estar disponível para outras áreas. Questionou também se haverá certificação no Hospital de Angra do Heroísmo e Hospital da



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

Horta, e recertificação no HDES, ao que o SRS afirmou que a verba é para a certificação das Unidades de Saúde de Ilha e que é ambição de que todos os hospitais da Região entrem em processo de certificação, para além da Recertificação do HDES que decorrerá em 2018.

O Deputado Rui Martins questionou sobre a ausência no Plano de verba para o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) e se estas verbas estão associadas a cada Hospital da Região questionando também sobre o funcionamento do mesmo. O SRS informou de que é através da SAUDAÇOR que é feito o reembolso desta verba, acrescentando que a Direção Regional da Saúde está a terminar o manual para este fim já com alterações e de que estão a analisar a necessidade de alteração de procedimentos para facilitar a burocracia nos próprios hospitais. Questionou ainda como o SRS via a diferença entre a lei nacional, que diz que este sistema é gratuito, e a da Região, que diz que é tendencialmente gratuito e também se o equipamento pedido teve em linha de conta as reais necessidades do utente, ao que o SRS reagiu dizendo que por vezes dá a sensação de que não é analisado o utente, mas sim o equipamento e obviamente que sendo esta matéria também uma preocupação sua deverá ser corrigido. Relativamente ao tendencialmente gratuito é o que está na legislação havendo a vontade de proximidade entre aquela que é a legislação nacional.

## **CAPÍTULO VI**

### **Parecer**

Da análise efetuada pela Comissão de Assuntos Sociais pode concluir-se que a Proposta de Plano Regional Anual para 2018 inscreve, naqueles que são os objetivos, programas, projetos e ações da competência desta Comissão, verbas congruentes com a programação traçada nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020, sem prejuízo da atual adaptação ao atual contexto económico e financeiro.

Constata-se ainda que a Proposta de Plano Regional Anual para 2018 contempla, nas áreas de competência desta Comissão, programas e ações que asseguram a prossecução dos objetivos previstos no Programa do XII Governo Regional, inscrevendo as verbas necessárias à sua execução.

Assim, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, e abstenção com reserva para plenário do PSD, CDS-PP e PPM emitir parecer favorável



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Comissão Permanente de Assuntos Sociais

à aprovação das Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018, nas áreas da sua competência.

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. Ávila'.

(João Paulo Ávila)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Renata Correia Botelho'.

(Renata Correia Botelho)